

## CONTRA A ADJUNÇÃO AO NÚCLEO

Henk van Riemsdijk  
Universidade de Tilburg

### *Resumo*

Este texto questiona a manutenção na Teoria da Gramática de dois mecanismos que, concorrendo um com o outro, são muito parecidos em vários aspectos: a Reanálise e a Adjunção. Iniciamos a argumentação apresentando e resolvendo os problemas teóricos gerais que surgem da coexistência destes dois mecanismos na Teoria da Gramática. A seguir, com base em certos problemas para os quais os dois mecanismos apresentam análises concorrentes, argumentamos a favor de que se elimine a Adjunção da Teoria da Gramática.

### *Abstract*

This paper challenges the maintenance in the Theory of Grammar of two competing mechanisms which are very similar in many aspects: Reanalysis and Adjunction. As a first step in the argumentation we try to present and resolve the general theoretical problems which arise from the coexistence of these two mechanisms in the Theory of Grammar. Then we argue, on the basis of certain problems for which the two mechanisms offer competing analyses, that Adjunction should be removed from the Theory of Grammar.

## 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 - Adjunção versus Reanálise

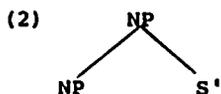
Nos últimos doze anos a noção de Reanálise tornou-se de uso bastante generalizado. Introduzido primeiramente nas *Conferências de Amherst* de Chomsky (Chomsky, 1974), o conceito de Reanálise está sendo utilizado agora numa multiplicidade de maneiras pela maioria dos sintaticistas. Em vista disso, é deveras surpreendente que o "velho" recurso da Adjunção não tenha sido submetido a um reexame completo, uma vez que os dois mecanismos, o da Adjunção e o da Reanálise, são muito parecidos em vários aspectos. Neste artigo, meu primeiro passo será rever os problemas teóricos gerais relacionados com a coexistência, na teoria da gramática, da Adjunção e da Reanálise, e a partir daí conduzir a argumentação para uma área específica na qual os dois mecanismos estão em concorrência. Minha conclusão geral é a de que seria desejável que a Adjunção fosse completamente eliminada da teoria da gramática. O ponto mais específico que pretendo estabelecer é o de que a Adjunção ao núcleo deva ser bloqueada com base em princípios. O argumento para este caso se baseia num (re-)exame detalhado da análise de construções onde há alçamento de projeção verbal no dialeto alemão de Zurique.

1.2 - Uma nota sobre a Teoria- $\bar{X}$ 

O cerne da Teoria- $\bar{X}$  prevê que a projeção sintática deve obedecer à seguinte condição de boa formação:

$$(1) X^i \longrightarrow \dots X^{i-1} \dots \quad (\text{onde projeção máxima } \geq i \geq 0)$$

Mas se se leva em consideração a prática de trabalho real adotada pela maioria dos sintaticistas, (1) é muito restrita. Considere-se, por exemplo, o fato de que a estrutura mais comumente adotada para as orações relativas é (2):



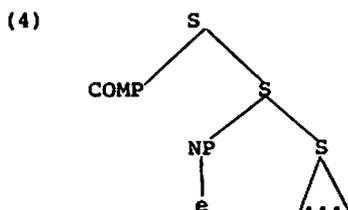
Se (2) deve ser gerada na Base, então a condição (1) terá que

ser relaxada. Suponhamos que adotemos a condição (3) em vez de (1):

(3)  $x^i \longrightarrow \dots x^j \dots$  (onde  $i \geq j$ , e projeção máxima  $\geq i/j \geq 0$ )

Observe-se, agora, que a condição (3) permite que qualquer tipo de estrutura de Adjunção seja gerada na Base.<sup>1</sup> Portanto, independentemente da sobreposição potencial entre Adjunção e Reanálise, que será o tópico principal a ser discutido neste artigo, existe já um problema de sobreposição localizado na própria Adjunção. Se nós nos limitarmos à condição (1), o problema está resolvido. Contudo, vão aparecer certamente questões posteriores relativas à análise de várias construções; problemas tais como o da substituição da estrutura (2) por alguma outra estrutura admissível para as orações relativas. Por outro lado, nós poderíamos optar pela condição (3) (ou alguma versão intermediária entre (3) e (1) - conferir nota 1) e impedir a opção de Adjunção no componente Transformacional (Mover- $\alpha$ , Movimento em FL).

Suponhamos que, de fato, nós impeçamos a opção da Adjunção transformacional. Isto quer dizer que nós teríamos de abandonar todos os casos de regras que geralmente são formuladas em termos de Adjunção? De jeito nenhum. Nada impede a geração na Base de uma posição de Adjunção vazia, como em (4), que seria posteriormente preenchida através de uma operação de transformação de substituição (preservadora de estrutura) como, por exemplo, o movimento de FL do exemplo (4):



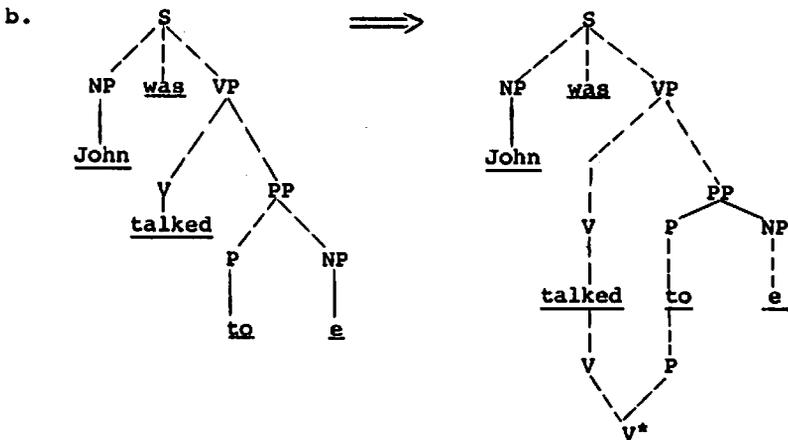
<sup>1</sup> Correspondentemente, em versões um pouco mais restritas do que (3), serão permitidas estruturas de Adjunção geradas na Base ao nível do núcleo, ao nível máximo, ao nível intermediário, ou a dois deles. A concepção de Teoria- $\bar{X}$  proposta em Muysken (1983) e Thiersch (1985), por exemplo, permite que estruturas de Adjunção sejam geradas somente no nível intermediário.

Tanto a ocorrência da categoria vazia gerada na Base quanto a operação de movimento transformacional estão sujeitas às restrições usuais e às condições de boa-formação. Neste sentido, a eliminação da Adjunção como uma operação transformacional não é nem uma restrição ao nível analítico, já que todos os casos de Adjunção podem ser trivialmente resolvidos em termos de estruturas geradas na Base e acopladas a um algoritmo de substituição.

1.3 - Outras considerações gerais

Vamos considerar agora, com algum detalhe, a sobreposição entre Adjunção e Reanálise. Tomemos como exemplo aquele que é provavelmente o caso mais claro de Reanálise, o da Reanálise de Verbos e Preposições para permitir pseudo-passivas como em (5):

(5) a. John was talked to



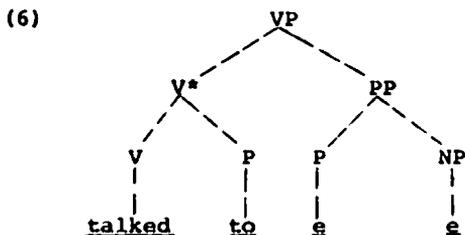
Na Reanálise, os nódulos V e P são reetiquetados em conjunto para formar um verbo complexo novo, indicado aqui pelo Símbolo V\*.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> A Reanálise tem sido representada de várias maneiras. Em Chomsky (1974) a notação usada foi a de chaves, como em (1)

(1) John was [ <sub>VP</sub> { <sub>V</sub> talked [ <sub>PP</sub> to } <sub>V</sub> NP ] <sub>PP</sub> ] <sub>VP</sub>

Alternativamente, os lingüistas têm usado co-superscrição ou, como no texto, marcadores frasais múltiplos. Este último mecanismo é uma maneira imperfeita de representar graficamente o

Olhando a parte inferior da árvore à direita, vemos que o resultado da Reanálise foi a criação de uma estrutura de Adjunção. Suponhamos que nós tivéssemos usado, ao invés disso, a Adjunção de P a V; o resultado seria como em (6).



(6) mostra que tanto a Adjunção quanto a Reanálise permitem estruturas de Adjunção, mas que estes dois mecanismos têm conseqüências empíricas diferentes. Em particular, (6) parece ser insuficiente para dar conta do fato básico relativo à pseudo-passiva, isto é, que a preposição pode ficar órfã (i.e. 'stranded'). Nós teríamos que dizer que o traço da Preposição é: (a) regente próprio para o traço de NP, e (b) incapaz de atribuir caso a este NP. (a) é problemático, uma vez que a explicação para a proibição geral dos casos de preposições órfãs (preposition stranding) se fundamenta na suposição contrária, e (b) é inconsistente com aquilo que nós sabemos a respeito de movimento de núcleos. A regra 'Verbo na Segunda Posição' ('Verb Second') do alemão e do holandês, por exemplo, deixa intactas as possibilidades de marcação de Caso pela posição original.

Uma outra maneira pela qual a Adjunção e a Reanálise são, pelo menos potencialmente, diferentes tem a ver com a exigência de Adjacência. A maioria dos pesquisadores concorda em que Reanálise deveria ser restrita a elementos adjacentes.<sup>3</sup> No modo

---

resultado da Reanálise nos moldes de Lasnik e Kupin (Lasnik e Kupin, 1977), conforme desenvolvido posteriormente em Huybregts (1985) e Goodall (1984). Neste texto vou adotar principalmente, conforme Haegeman e Van Riemsdijk (1986), no qual o argumento se baseia, a representação em termos de marcadores frasais múltiplos.

<sup>3</sup> Análises em termos de Reanálise não-adjacente são propostas ocasionalmente. Tipicamente, tais análises fazem uso do mecanismo de co-superscrição. A exigência de adjacência foi explicitada pela primeira vez em Van Riemsdijk (1978). Para um caso de Reanálise não-adjacente, conferir Bennis e Hoekstra (1984).

de representação adotado acima, esta restrição é de fato necessá-  
ria e decorre do próprio formalismo. A Adjunção, por outro lado,  
não se restringe desta maneira.

Uma última observação geral se refere ao fato de que uma  
restrição severa à Adjunção foi proposta há quase dez anos atrás,  
mas que raramente teve algum efeito sério na prática sintática  
corrente. Trata-se do Princípio da Adjunção Externa introduzido  
por Van Riemsdijk (1978). O Princípio estabelece que, numa estru-  
tura como (7)

(7)  $[\dots \beta \dots]$   
     $\underbrace{\quad}$

$\beta$  não pode ser adjungido ao nódulo que o contém. Uma restrição  
deste tipo eliminaria virtualmente todos os casos da regra de Alça-  
mento de Quantificador, por exemplo. Na época em que foi intro-  
duzido, o Princípio não era nada mais que uma restrição conveni-  
ente e razoavelmente geral, que por acaso permitia os resultados  
corretos no contexto da teoria na qual ele se inseria. Mas já fi-  
cou claro desde então que o Princípio da Adjunção Externa decor-  
re de uma teoria restritiva de transformações (tal como em Lasnik  
e Kupin (1977)), na qual as combinações Booleanas de descrições  
estruturais não são permitidas. Se por um lado este fato não de-  
sencorajou milagrosamente os pesquisadores de fazerem um uso ex-  
tensivo da Adjunção, não é irrazoável listá-lo ao lado de outros  
argumentos contra a Adjunção como um mecanismo transformacional.

## 2. O ARGUMENTO PROVENIENTE DO DIALETO ALEMÃO DE ZURIQUE

### 2.1 - O argumento contra a Adjunção simples

A Construção de Alçamento de Projeção Verbal no dialeto  
alemão de Zurique (DAZ, daqui para frente) nos fornece um bom tes-  
te empírico para avaliar a escolha entre Adjunção e Reanálise. Pa-  
ra discussões mais gerais e mais completas desta construção, ver  
Löttscher (1978), Den Besten e Edmondson (1981) e Haegeman e Van  
Riemsdijk (1986). Neste artigo focalizarei apenas aspectos que  
são diretamente relevantes.

O DAZ é como o Holandês e o Alemão, na medida em que  
tem uma regra comumente chamada de "Alçamento de Verbo" (AV, da-  
qui para frente), cf. Evers (1975). O efeito principal desta re-

gra é criar uma seqüência verbal que consiste de um verbo da oração principal e do verbo infinitivo de uma oração complemento à sua esquerda.<sup>4</sup> Algumas vezes os verbos em questão se invertem um em relação ao outro, e algumas vezes, não. O DAZ é diferente do Holandês e do Alemão na medida em que o constituinte encaixado afetado pela regra pode também ser alguma projeção de V, isto é V' ou VP. Quando a inversão também se aplica, isso significa que os elementos dependentes da projeção verbal podem terminar incorporados dentro da seqüência de verbos. Um exemplo esquemático disso é dado em (8), onde a seqüência verbal está indicada por caves.<sup>5</sup>

$$(8) \left[ \left[ S \left[ \text{Suj.} \right] \left[ \text{VP} \left[ \text{o.i.} \right] \left[ V, \left[ \text{o.d.} \right] v_b \right] \right] \right] v_a \right] \Longrightarrow$$

$$\left[ \left[ S \left[ \text{Suj.} \right] \left[ \text{VP} \left[ \text{o.i.} \right] \left\{ v_a \left[ V, \left[ \text{o.d.} \right] v_b \right] \right\} \right] \right] \right] \text{ ou}$$

$$\left[ \left[ S \left[ \text{Suj.} \right] \left\{ v_a \left[ \text{VP} \left[ \text{o.i.} \right] \left[ V, \left[ \text{o.d.} \right] v_b \right] \right] \right\} \right] \right]$$

Como o Alçamento da Projeção Verbal (APV, daqui para frente) pode atingir vários ciclos adjacentes, podem surgir seqüências verbais muito complexas, com uma multiplicidade de ordens possíveis. (9) mostra as possibilidades de ordenação com um nível adicional de subordinação.

|        |   |    |    |       |    |       |       |       |
|--------|---|----|----|-------|----|-------|-------|-------|
| (9) a. | S | OI | OD | $v_a$ |    | $v_b$ |       | $v_c$ |
| b.     | S | OI |    | $v_a$ | OD | $v_b$ |       | $v_c$ |
| c.     | S |    |    | $v_a$ | OI | OD    | $v_b$ | $v_c$ |
| d.     | S | OI |    | $v_a$ |    | $v_b$ | OD    | $v_c$ |
| e.     | S |    |    | $v_a$ | OI | $v_b$ | OD    | $v_c$ |
| f.     | S |    |    | $v_a$ |    | $v_b$ | OI OD | $v_c$ |

Conforme (9) mostra, todas as permutações possíveis dos dois de-

<sup>4</sup> Convém lembrar que o Holandês e o Alemão são SOV, assim como o DAZ.

<sup>5</sup> Os números de colchetes nos outputs não combinam. Isto é assim porque a notação é deliberadamente vaga entre a Adjunção e a Reanálise e, portanto, a posição dos colchetes que fecham não pode ser determinada.

pendentes do verbo mais profundamente encaixado ( $V_c$ ) dentro da seqüência verbal são permitidas, desde que eles preservem sua ordem em relação um ao outro.

A dificuldade para uma análise de Adjunção simples aparece em (9b). Na análise de Adjunção, a Adjunção opera ciclicamente para adjungir um V encaixado ou alguma projeção deste V no verbo imediatamente acima, à sua direita. Além disso, a regra pode também permitir que os dois nódulos envolvidos sejam invertidos. Em (9), há três opções no ciclo relevante mais baixo: adjungir  $V^0$ ,  $V'$  ou VP. É claro que nós não podemos escolher VP, uma vez que o OI deve permanecer fora da seqüência verbal. Se nós escolhermos  $V^0$ , nós ainda temos a opção de escolher ou um verbo sozinho, ou sua projeção que domina o complemento infinitivo no ciclo mais alto. Mas se nós escolhermos a última opção, tanto o OI quanto o OD serão incorporados e nós derivamos (9c) em vez de (9b). Portanto, a opção mais promissora no ciclo mais baixo parece se incorporar o  $V'$ . Mas isto também não funciona, uma vez que o verbo complexo que nós acabamos criando no ciclo intermediário ( $[_v V_b [_v, OD V_c]]$ ) deverá sofrer Adjunção e inversão outra vez no ciclo mais alto, invertendo o OD em relação ao verbo mais alto. Deste modo nós derivamos (9e), em vez de (9b). Parece, portanto, que não há nenhuma maneira pela qual possamos derivar todas as ordens possíveis de (9) através de uma análise por Adjunção sem introduzir mais alguns artifícios. Na próxima sub-seção examino as possibilidades de se estender a análise por Adjunção de modo a dar conta de (9b).

## 2.2 - A inadequação da Adjunção com poda

A análise proposta para o alçamento de verbo no holandês e no alemão por Evers (1975) consiste, de fato, de uma regra de Adjunção que aciona uma forma bastante extensa de poda de árvore. Nesta análise, quando o verbo mais baixo é removido por Adjunção, a sua projeção inteira desaparece e todos os outros constituintes daquela oração infinitiva, que ficam soltos, são realocados para os nódulos correspondentes da projeção verbal imediatamente superior.<sup>6</sup> Com isto em mente, considere-se de novo (9b).

<sup>6</sup> Evers assume que a oração infinitiva inteira é uma projeção do verbo, de modo que nada mais se faz necessário para se eliminar S ou S'.

Agora esta sentença se torna derivável. No ciclo mais baixo, somente o verbo mais profundamente encaixado é adjungido e, por causa da poda, o OI e o OD ficam soltos. Eles são, então, realocados para V' e VP de  $V_b$ , respectivamente. Como resultado, torna-se possível, agora, adjungir aquele V', que passa a dominar OD mas não OI, ao verbo mais alto, seguindo-se novamente uma poda. E (9b) é corretamente derivada. O argumento contra a Adjunção depende, portanto, da seguinte questão: esta forma de poda é permissível, ou não? Note-se, antes de mais nada, que a proposta de Evers é consistente com a idéia de que o alçamento de verbo é uma forma de união de orações. E, na verdade, ela se inspirou no fato de que os complementos envolvidos no alçamento de verbo, de fato, apresentam inúmeros efeitos da transparência típica que são comuns a estas construções de união de orações. Por exemplo, advérbios e quantificadores dentro do complemento envolvido no alçamento de verbo geralmente têm escopo longo (i.e., escopo sobre a oração principal). Além disso, alguns elementos reflexivos (como, por exemplo, zich, do holandês) devem ter seu antecedente fora do complemento envolvido no alçamento de verbo. A questão que se coloca, então, é: a poda é, ou não, o melhor mecanismo para se explicar tais efeitos de transparência?

O dado importante a se levar em conta ao se abordar esta questão é o fato de que *os complementos envolvidos no alçamento de verbo são transparentes em certos aspectos e opacos em outros*. Retomando rapidamente alguns casos, consideremos primeiro o comportamento das análises ligadas.<sup>7</sup>

- (10) a. ...weil er<sub>i</sub> die Kinder<sub>j</sub> zu sich<sub>i/\*j</sub> kommen liess  
 porque ele as crianças a si vir deixou  
 "Porque ele deixou as crianças virem a ele".
- b. ...weil er<sub>i</sub> die Kinder<sub>j</sub> sich<sub>\*i/j</sub> waschen liess  
 porque ele as crianças se lavar deixou  
 "Porque ele deixou as crianças se lavarem".

---

<sup>7</sup> O fenômeno em questão pode ser ilustrado (*mutatis mutandis*) com dados do holandês, alemão padrão, flamengo e DAZ. Nos exemplos utilizados vou me limitar ao alemão, por uma questão de simplicidade na exposição.

- (11) a. ...weil die Lehrer<sub>i</sub> uns<sub>j</sub> einander<sub>\*i/j</sub> beschimpfen hörten  
porque os professores nos uns- os-outros xingar ouvir  
"Porque os professores nos ouviram xingar uns aos outros".
- b. ...weil die Lehrer<sub>i</sub> uns<sub>j</sub> mit einander<sub>\*i/j</sub> sprechen hörten  
porque os professores nos com uns-os-outros falar ouvir  
"Porque os professores nos ouviram falar uns com os outros".

Como estes exemplos mostram, somente o reflexivo sich pode atuar como uma anáfora ligada à distância nesta construção, e além dis so ele só pode ser uma anáfora ligada à longa distância quando é objeto de uma preposição. Além do mais, o elemento recíproco einander se comporta como uma anáfora ligada localmente em ambos os usos. Poderia parecer, portanto, que, para podermos nos apoiar na Teoria da Ligação para explicar os fatos em (10b) e (11), o complemento infinitivo devesse ser identificável como uma categoria de regência, e, portanto, como algum tipo de oração, no ponto em que a Teoria da Ligação se aplica. Um resultado como esse, contudo, é impossível de ser atingido na abordagem de AV em termos de Poda.

A questão é qual é a melhor explicação para o comportamento do sich preposicional em (10a). Huybregts (1985) propõe uma solução mais atraente para este fenômeno, sugerindo que o sich preposicional é uma anáfora pronominal, do tipo de PRO, mas que, sendo lexical, deve ter uma categoria de regência. Além disso Huybregts supõe que as construções de AV são derivadas através da Reanálise, conforme discutido anteriormente. Isso significa que, quando a Teoria da Ligação se aplica, as estruturas mono-oracional e bi-oracional da sentença estão simultaneamente presentes, e a anáfora pronominal sich pode, desta forma, estar simultaneamente ligada (na categoria de regência 'maior') e livre (na categoria de regência 'menor').

Um exemplo semelhante de semi-transparência, ainda que menos claramente entendido, pode ser encontrado quando estudamos o comportamento dos pronomes clíticos em alemão. Estes pronomes podem se mover para a posição pré-sujeito conforme nos exemplos de (12).

- (12) a. ...weil sie<sub>i</sub> der Lehrer [e]<sub>i</sub> nicht verstand  
porque o/os o professor não entendeu.  
"Porque o professor não o/os entendeu".

- b. ...weil es<sub>1</sub> uns<sub>j</sub> der Lehrer [e]<sub>1</sub> [e]<sub>j</sub> nicht erkläre  
 porque o nos o professor não explicou.  
 "Porque o professor não o explicou a nós".

Nas construções de AV os clíticos das orações infinitivas encaixadas podem se mover diretamente para a posição que precede o sujeito da matriz, conforme mostram os exemplos em (13).

- (13) a. ...weil sie<sub>1</sub> der Lehrer [e]<sub>1</sub> zu verstehen versuchte  
 porque o/os o professor entender tentou  
 "Porque o professor tentou entendê-lo/los".  
 b. ...weil es<sub>1</sub> uns<sub>j</sub> der Lehrer erklären wollte  
 porque o nos o professor explicar queria  
 "Porque o professor queria explicá-lo a nós".

Contudo, conforme foi salientado por Grewendorf (1987), esta extração não é tão boa quando o clítico é movido para fora de um complemento de verbo causativo ou verbo de percepção, complemento este passível da regra de AV, isto é, para fora de um complemento infinitivo cujo sujeito é realizado lexicalmente devido a uma marcação excepcional de Caso.<sup>8</sup>

- (14) a. ?\*...weil sie<sub>1</sub> der Lehrer den Schüler [e]<sub>1</sub> analysieren  
 porque o o professor o estudante analisar  
 zu lassen versuchte  
 deixar tentou  
 "Porque o professor tentou deixar o estudante analisar isto".  
 b. ...weil es<sub>1</sub> uns<sub>j</sub> der Karl den Lehrer [e]<sub>1</sub>[e]<sub>j</sub> erklären sah  
 porque o nos Karl o professor explicar viu  
 "Porque Karl viu o professor explicar isto a nós".

É claro que este contraste é muito misterioso. Se estes clíticos estivessem sujeitos à Teoria da Ligação, era de se esperar que os casos de (13) fossem tão agramaticais quanto os de (14). Se, por outro lado, o movimento destes clíticos não se sujeitasse

---

<sup>8</sup> Grewendorf considera estes casos como sendo completamente agramaticais (\*). Eu não acho que o contraste entre estes casos e os exemplos gramaticais mencionados anteriormente sejam tão nítidos como o contraste entre preto e branco.

aos princípios da Teoria da Ligação (como é de se esperar, caso eles se movam para uma posição A'), então não deveríamos esperar que esta Teoria bloqueasse nem (13) nem (14). E, além disso, não é nada óbvio, para não dizer mais nada, que a Teoria das Fronteiras possa dar conta destes contrastes.<sup>9</sup> Não obstante, a generalização correta parece ser a de que os clíticos não podem ser extraídos de uma oração passando por cima de um sujeito lexicalmente realizado. (Convém lembrar que um movimento local por sobre o sujeito lexical é possível, conforme em (12)). E se é assim, torna-se novamente impossível estabelecer a diferença nestes termos sob a análise que utiliza a poda, uma vez que nesta análise não há nem sujeitos, nem, na verdade, quaisquer orações das quais eles pudessem ser sujeitos, sendo, portanto, impossível que qualquer regra ou princípio que se refiram a sujeitos ou orações possam ser aplicados.

A conclusão parece ser inevitavelmente a de que qualquer análise dos fenômenos de AV que se fundamente na teoria da poda deve ser rejeitada, tendo em vista o fato de que estas construções não são completamente, mas sim parcialmente, transparentes. Na próxima seção examinaremos uma solução para os fenômenos de AV e AVP em termos de Reanálise, que evita os problemas encontrados.

### 2.3 - Uma solução em termos de Reanálise

Os problemas que encontramos anteriormente, ao tentar explicar os dados do DAZ em termos de uma análise por Adjunção, podem ser facilmente evitados, se adotarmos uma análise de AV e AVP em termos do conceito de Reanálise discutido acima. Trata-se da análise proposta por Huybregts (1985) e aplicada ao DAZ por Haegeman e Van Riemsdijk (1986). Uma vez que a análise é apresentada em detalhes nestes textos, daremos aqui somente um esboço

---

<sup>9</sup> O problema se complica ainda mais pelo fato de uma extração a partir de um complemento com um sujeito que sofre marcação excepcional de Caso se tornar muito melhor se este sujeito for um clítico que é extraído do mesmo modo.

(i) ...weil sie<sub>i</sub> uns<sub>j</sub> der Lehrer [e]<sub>j</sub> [e]<sub>i</sub> analysieren liess  
porque o(isto) nos o professor analisar deixou  
"Porque o professor deixou-nos analisar isto".

da mesma.

Em essência, pela explicação em termos de Reanálise, nós precisamos supor que a justaposição de verbos (ou projeções verbais) é independente da inversão dentro da seqüência verbal, uma vez que a Reanálise não pode afetar a ordem dos elementos. Além disso, nós supomos que na "nova dimensão" da estrutura sintática da sentença que é acrescentada pela Reanálise, as condições comuns de boa-formação, tais como as da Estrutura- $\bar{X}$  estão presentes. Isto quer dizer que nesta nova dimensão os constituintes podem ser redistribuídos por certos nódulos num rearranjo muito parecido com o que se daria na análise em termos de poda. Veremos, contudo, que os efeitos indesejáveis da poda podem ser evitados na abordagem em termos de Reanálise.

Para ilustrar o modo como a abordagem em termos de Reanálise funciona, passemos imediatamente à derivação da estrutura problemática (9b). O marcador frasal em (15) mostra o resultado da Reanálise imediatamente após o primeiro ciclo relevante.<sup>10</sup>

em (16), a Reanálise foi reaplicada na estrutura derivada no primeiro ciclo de (15). Em princípio, isto deveria ser representado como a combinação de três marcadores frasais, e não de dois, o que é graficamente impossível de representar. Portanto, a parte mais baixa de (15) foi substituída graficamente pelo nódulo<sup>11</sup> correspondente na metade superior de (16), invertendo a subárvore original naquela posição numa espécie de terceira dimensão (invisível aqui).

---

<sup>10</sup> (15) equivale a (44) em Haegeman e Van Riemsdijk (1986).

<sup>11</sup> Do ponto de vista formal, não se trata de um nódulo correspondente, mas do mesmo nódulo que ocorre duas vezes no diagrama como consequência da maneira de representar que foi escolhida.





No nível de FP (Forma Fonética) a inversão se aplicará, tomando a dimensão completamente reanalisada de (16) (isto é, a metade inferior de (16)) como input. Os nódulos aos quais a inversão pode se aplicar (em negritos no marcador frasal (16)) são V<sub>x</sub> e V<sub>y</sub>. A aplicação da inversão nestes nódulos produzirá a ordem superficial dada em (17).

(17) NP<sub>1</sub> NP<sub>2</sub> V<sub>a</sub> NP<sub>3</sub> V<sub>b</sub> V<sub>c</sub>

Esta é exatamente a ordem anteriormente dada como (9b), que a análise em termos de Adjunção simples, sem poda, foi incapaz de derivar corretamente.

Observe-se, agora, que esta análise não enfrenta nenhuma das dificuldades vistas anteriormente, e que a análise em termos de Adjunção simples não foi capaz de superar. A razão para isso é, simplesmente, que em estruturas como (16), as estruturas multi-oracionais subjacentes e intermediárias, e a estrutura uni-oracional que resulta de AV ou de AVP estão presentes simultaneamente. Assim sendo, as regras e princípios podem se referir a ambos os aspectos da estrutura. Em particular, a Categoria de Regência Mínima será identificada corretamente, bem como o sujeito de um complemento de percepção ou de um complemento causativo serão identificáveis como tal, desde que a Teoria da Ligação seja judiciosamente formulada.

Podemos concluir, portanto, que os padrões de superfície da construção de AVPs fornece evidência em favor de uma explicação para esta construção em termos de Reanálise e contra uma explicação em termos de Adjunção. Isto, por outro lado, sugere que a Adjunção ao núcleo deve ser refutada com base em princípios, sendo que a Reanálise é o único modo pelo qual os núcleos podem ser afetados sintaticamente, pelo menos no que diz respeito a regras que alteram estruturas.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> É evidente que os núcleos desempenham um papel em várias regras que são sensíveis a traços, tais como 'Concordância', 'Atribuição de Caso', etc.

### 3. UMA SOLUÇÃO ALTERNATIVA EM TERMOS DE ADJUNÇÃO

#### 3.1 - A proposta de Koster

Em Koster (no prelo, cap. 5), o argumento que acabamos de apresentar é questionado. Koster argumenta que há três tipos de mecanismos propostos para se lidar com fatos do tipo dos que acabamos de discutir. Em sua terminologia, estes mecanismos são:

- (a) regras de amálgama.
- (b) regras que operam em dimensões criadas.
- (c) extensões de domínio controlado por dinastia (dynasty controlled domain extensions).

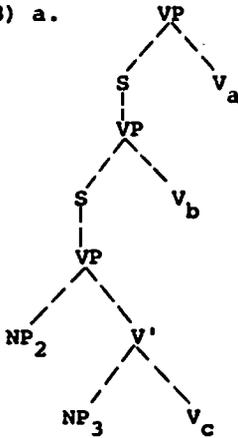
Aqui vamos precisar de uma boa dose de exegese. Por regra de amálgama, Koster presumivelmente está se referindo a versões de Reanálise no velho estilo ("old style"); por regras em dimensões criadas, ele se refere à abordagem adotada na seção 2.3 acima; e por (c) ele se refere à sua própria teoria na qual os domínios locais são estendidos na direção ascendente quando eles são regidos por (uma cadeia de) regentes especialmente designados. Isto, na minha opinião, confunde a questão, uma vez que a última alternativa que, nem é preciso dizer, Koster prefere não diz nada a respeito da maneira como os verbos ou as projeções verbais são ajuntados e invertidos uns com relação aos outros. Além do mais, segundo as outras duas alternativas, os domínios locais também são estendidos na direção ascendente. Faz sentido perguntar, é claro, qual dos três mecanismos para a extensão de domínios é o mais adequado empiricamente. Mas isto não está em discussão aqui. Olhando com mais cuidado, fica claro que Koster adota a alternativa (c), mais uma versão revista da Teoria da Adjunção, que comento a seguir.

Koster afirma que das três teorias (b) é a pior e (c), a melhor. Supõe-se que isto seja assim porque (b) faz uso de artefatos completamente novos, enquanto que (c) faz uso apenas de um mecanismo que se faz necessário por outros motivos, isto é, a extensão de domínio. Novamente, isto me parece inteiramente falacioso, porque isto pressupõe a necessidade da Adjunção, não atribuindo portanto nenhum custo a seu uso. Mas conforme se estabeleceu na introdução, a questão crucial é qual dos mecanismos de reetiquetamento disponíveis nós deveríamos preservar, e quais de veríamos jogar fora. Note-se, além disso, que a distinção que

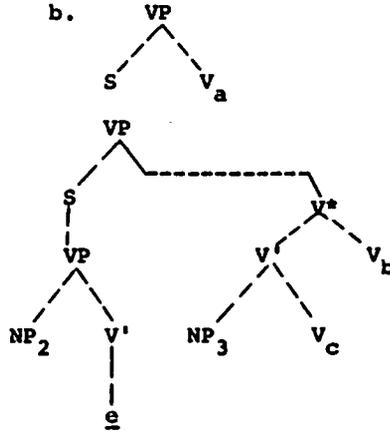
Koster cria entre (a) e (b) é artificial. O conceito de Reanálise (ou amálgama, conforme Koster chama) tem sido um conceito muito frouxo e informal. Vários mecanismos têm sido usados de maneira indiscriminada, incluindo chaves, co-superscrição e estruturas arbóreas múltiplas. Aqui, novamente, a questão principal é qual deles deve ser escolhido e formalizado. A versão de Reanálise explorada na seção 2 é simplesmente a mais precisa disponível no momento.

A opção real continua sendo, então, aquela entre a Adjunção e a Reanálise. Examinemos, portanto, a solução de Koster para o problema do AVPs em termos de Adjunção. Esta solução envolve crucialmente uma inovação engenhosa: a reaplicação da Adjunção dentro de uma sequência verbal já criada. Além do mais, esta análise incorpora a idéia de que o reetiquetamento e a inversão operam em módulos diferentes da gramática. Em outras palavras, a Adjunção opera numa cadeia vazia. Tendo isto em mente, considere-se a maneira pela qual Koster deriva a sentença crucial (9b)

(18) a.



b.





ta análise são as seguintes:

- (a) ela é não determinística;
- (b) ela viola a condição do ciclo estrito; e
- (c) a condição de movimento de cadeia vazia, na qual ela se apoia, é altamente estipulativa.

É fácil de se ver que o método de Koster conduzirá a derivações múltiplas em muitos casos. Considere-se, por exemplo, (9a), repetida aqui como (19).

(19) S      OI      OD      Va      Vb      Vc

Hã, se eu contei corretamente, seis derivações para sentenças deste tipo.<sup>13</sup> Isto pode se dar assim porque o efeito de se incorporar, seja o OD ou ambos, o OI e o OD, em algum estágio da derivação pode sempre ser desfeito pela aplicação da Adjunção interna de seqüência verbal que Koster introduz, com o efeito de "deixar órfãos" ("stranding") estes NPs em algum domínio mais alto, mas fora da seqüência verbal que posteriormente sofre inversão.

Hã ainda um outro modo pelo qual a análise de Koster conduz a análises potencialmente múltiplas e, de fato, infinitas. Isto é assim porque a Adjunção interna de seqüência verbal pode interagir indefinidamente. (20) ilustra este ponto.

---

<sup>13</sup> Para não omitirmos nada, damos a seguir as seis derivações:

1. Ciclo mais baixo: Adjungir Vc; ciclo mais alto: Adjungir V\*;
2. Ciclo mais baixo: Adjungir V', em seguida Adjungir Vc; ciclo mais alto: Adjungir V\*;
3. Ciclo mais baixo: Adjungir VP, em seguida Adjungir Vc; ciclo mais alto: Adjungir V\*;
4. Ciclo mais baixo: Adjungir V'; ciclo mais alto: Adjungir V\*, em seguida Adjungir Vc; em seguida Adjungir (o menor) v\*;
5. Ciclo mais baixo: Adjungir VP; ciclo mais alto: Adjungir V\*, em seguida Adjungir Vc; em seguida Adjungir (o menor) v\*;
6. Ciclo mais baixo: Adjungir Vc; ciclo mais alto: Adjungir VP, em seguida Adjungir (o menor) V\*.

Os exemplos de Adjunção interna de seqüência verbal estão sublinhados.

- (20) a.  $\left[ \left[ \dots A \right]_{\alpha} B \right]$   
 b.  $\left[ \left[ \dots \left[ \underline{e} \right]_{\Delta} \right]_{\alpha} \left[ A \ B \right]_{B^*} \right]$   
 c.  $\left[ \left[ \dots \left[ \underline{e} \right]_{\Lambda} \right]_{\alpha} \left[ \left[ \underline{e} \right]_{\Lambda} \left[ A \ B \right]_{B^{**}} \right]_{B^*} \right]$   
 d. etc.

A segunda objeção refere-se ao fato de que a aplicação da Adjunção interna de seqüência verbal de Koster viola a condição do ciclo estrito, pelo menos se a idéia intuitiva que subjaz à condição do ciclo estreito puder ser enunciada conforme em (21).

- (21) Nenhuma regra pode se aplicar dentro de um domínio A, sendo A mínimo, quando, num estágio anterior da derivação, uma regra se aplicou dentro de um domínio B, sendo B mínimo, e sendo que B contém A.

Que a Adjunção interna viola (21) pode ser visto em (18c). O domínio da primeira aplicação da Adjunção (de V' a Vb) é o VP dominado pelo S mais alto. O domínio da aplicação seguinte da Adjunção (de Vc a Vb) é V\*, que está propriamente contido por aquele VP.

Pode-se objetar que esta interpretação da condição do ciclo estrito seja mais estrita do que necessário, uma vez que ela se aplica a qualquer nóculo sintático, e não apenas aos nósulos cíclicos usuais, tais como NP e S (ou S'). Mas, por outro lado, não parece haver razões para não se adotar esta formulação estrita da condição e, o que é mais importante, é precisamente esta formulação que é poderosa o bastante para excluir com base em princípio o problema da iteração infinita mencionado anteriormente.

Voltando agora para a terceira objeção, é interessante observar que a análise de Koster só pode funcionar se se impuser uma restrição à Adjunção ao Núcleo, para que ela possa se aplicar a uma cadeia vazia. Mas dentro de um quadro que emprega a Adjunção esta restrição é inteiramente estipulativa, uma vez que a vacuidade de cadeia não é uma propriedade inerente da Adjunção. Por outro lado, a vacuidade de cadeia é uma das propriedades inerentes mais salientes da Reanálise.

Parece, portanto, que há boas razões para se excluir, com base em princípios, uma análise do tipo daquela que Koster propõe.

Contudo, a proposta de Koster nos ensina uma lição importante, porque, mesmo não sendo necessário o reetiquetamento

interno de seqüência verbal no quadro da Reanálise, para se derivar estruturas como (9b), ele poderia, no entanto, ser imitado. Na abordagem da Reanálise baseada na formalização de Lasnik e Kupin que adotei, isto poderia ser feito da seguinte maneira:

- (22) a.  $\left\{ \begin{array}{l} \text{NP}_2 - \text{NP}_3 - \text{V}_c - \text{V}_b - \text{V}_a ; \\ \text{NP}_2 - \text{V}'_a - \text{V}_b - \text{V}_a ; \\ \text{NP}_2 - \text{V}'_b - \text{V}_a ; \\ \text{NP}_2 - \text{V}_a ; \end{array} \right\}$
- b.  $\left\{ \begin{array}{l} \text{NP}_2 - \text{V}^* - \text{V}_a ; \\ \text{NP}_2 - \text{V}^* ; \end{array} \right\}$
- c.  $\left\{ \text{NP}_2 - \text{NP}_3 - \text{V}^* - \text{V}_a ; \right\}$

(22a) é a estrutura de entrada. As duas linhas em (22b), que serão acrescentadas à estrutura, correspondem às duas aplicações de reanálise conforme se supôs na análise discutida na seção 2.3, isto é, primeiro Reanálise encabeçada por  $\text{V}_b$ , em seguida Reanálise encabeçada por  $\text{V}_a$ .

A linha dada em (22c) é aquela que corresponde ao equivalente, em termos de Reanálise, à operação de Adjunção interna de seqüência verbal de Koster.

A maneira mais direta de se excluir (22c) com base em princípios seria utilizar-se da condição do ciclo estrito também neste caso. E enquanto pensarmos na adição de linhas ao conjunto de linhas no marcador frasal do tipo proposto por Lasnik e Kupin (ou seja, da Reanálise) em termos da aplicação de uma regra, não há nenhuma razão pela qual a condição do ciclo estrito, conforme formulada em (21), não devesse excluir a adição de (22c) da mesma maneira que no quadro da Adjunção.

Há, contudo, uma outra maneira de se pensar a respeito deste problema. Embora já tenhamos visto que há boas razões para se pensar que a Reanálise é um dispositivo mais restritivo que a Adjunção, a própria Reanálise deve ser mais restringida. Uma propriedade da Reanálise que deve ser capturada é a de que ela é sempre desencadeada por um verbo. Esta condição é necessária, entre outras coisas, para se dar conta do fato de que não há preposições órfãs nas passivas em NPs, Cf. (23).

## (23) "My tax deductions" investigation into

Extrapolando, poderíamos supor simplesmente que um dado verbo po de desencadear somente uma única aplicação da Reanálise.<sup>14</sup>

Seja como for, o ponto importante com relação a esta com paração entre a abordagem em termos de Adjunção e a abordagem em termos de Reanálise é que a primeira só pode ser mantida às cus tas de três propriedades altamente desagradáveis: seu caráter não determinístico, a estipulação ad hoc de vacuidade de cadeia e o fato de que ela viola a condição do ciclo estrito.

## 4. CONCLUSÃO

Tendo em vista os argumentos acima, e retornando às con siderações mais gerais da seção introdutória, chegamos à conclusão de que a Adjunção ao núcleo deve ser excluída com base em princípios, e que a Adjunção a nódulos de projeção não-máxima é inteiramente redundante, uma vez que os mesmos resultados podem ser obtidos através da geração na Base e da Substituição. O único caso restante de Adjunção é, então, a Adjunção a nódulos de projeção máxima. E mesmo aí pudemos ver que há razões para se ser cético. Em particular, a maioria dos exemplos onde a Adjunção a projeções máximas está sendo empregada com bons resultados envolve uma violação do princípio da Adjunção Externa, e portanto, uma violação do quadro apresentado em Lasnik e Kupin (1977). O uso mais saliente de Adjunção a nódulos de projeção máxima pode ser encontrado em Chomsky (1986). Esta não é a hora nem o lugar para se tentar uma resposta à questão de se a teoria desenvolvida aí poderia ser modificada de modo a dispensar também a Adjunção aos nódulos de projeção máxima. Similarmente, a teoria esboçada em "Barriers" também usa Adjunção a núcleos. Não obstante eu creia que o argumento contra a Adjunção ao núcleo apresentado neste ar tigo se mantém de qualquer maneira, será, contudo, necessário re ferir-se ao fenômeno com o qual Chomsky (1986) lida em termos de

---

<sup>14</sup> Bennis e Hoekstra (1984) propõem uma regra de Reanálise que envolve duas preposições, isto é, ela é desencadeada por uma preposição. Contudo, há problemas sérios com esta análise, tais como o fato de que esta regra de Reanálise tem de se aplicar a preposições não adjacentes. Para críticas mais detalhadas desta proposta, ver Van Riemsdijk (1986).

Adjunção ao núcleo. Contudo ambas as tarefas devem ser deixadas para uma pesquisa futura. Basta dizer que parece haver um número suficiente de indicações de que vale a pena explorar a possibilidade de que a Adjunção não esteja entre as opções permitidas por uma Gramática Universal.

*Bibliografia*

- BENNIS, H. & T. HOEKSTRA (1984). "Gaps and Parasitic Gaps", The Linguistic Review, 4: 29-87.
- BESTEN, J.B. DEN & J. EDMONDSON (1981). "The Verbal Complex in Continental West Germanic", Groninger Arbeiten zur Germanistischen Linguistik, 19: 11-61.
- CHOMSKY, N. (1974). "The Amherst Lectures". Texto inédito, distribuído por Documents Linguistiques. Université de Paris VII.
- CHOMSKY, N. (1986). Barriers. Cambridge, MA: MIT Press.
- EVERS, A. (1975). The Transformational Cycle in Dutch and German. Distribuído por Indiana University Linguistics Club.
- GOODALL, G. (1984). Parallel Structures in Syntax. Tese de Doutorado, University of California, San Diego.
- GREWENDORF, G. (1987). "Kohärenz und Restrukturierung. Zu verbalen Komplexen im Deutschen", in B. Asbach-Schnitker & J. Roggenhofer (eds.) Neuere Forschungen zur Wortbildung und Historiographie der Linguistik. Tübingen: G. Narr.
- HAEGEMAN, L. & H.C. VAN RIEMSDIJK (1986). "Verb Projection Raising, Scope, and the Typology of Rules Affecting Verbs", Linguistic Inquiry, 17: 417-66.
- HUYBREGTS, M.A.C. (1985). "On Reanalysis and Convalency", trabalho apresentado no 'Tilburg Workshop on Reanalysis', maio de 1985.
- KOSTER, J. (no prelo). Domains and Dynasties: The Radical Autonomy of Syntax. Dordrecht: Foriz.

- LASNIK, H. & J. KUPIN (1977). "A Restrictive Theory of Transformational Grammar", Theoretical Linguistics, 4: 173-96.
- LOETSCHER, A. (1987). "Zur Verbstellung im Zürichdeutschen und in anderen Varianten des Deutschen", Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik, 45: 1-29.
- MUYSKEN, P.C. (1983). "Parametrizing the Notion Head", Journal of Linguistic Research, 2: 57-76.
- RIEMSDIJK, H.C. VAN (1978). A Case Study in Syntactic Markedness. Dordrecht: Foris.
- RIEMSDIJK, H.C. VAN (1986). "NV-skeletonen", in C. Hoppenbrouwers e.a. (eds.) Proeven van Taalwetenschap. TABU 16, University of Groningen.
- THIERSCH, C. (1985). "VP and Scrambling in the German Mittelfeld", texto inédito, Cologne/Tilburg.